



**PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PEQUENAS
CIDADES: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE RIO DE CONTAS –
BAHIA**

**URBAN PLANNING AND SOCIAL PARTICIPATION IN SMALL CITIES:
REFLECTIONS ON THE EXPERIENCE OF RIO DE CONTAS – BAHIA**

**PLANIFICACIÓN URBANA Y PARTICIPACIÓN SOCIAL EN PEQUEÑAS
CIUDADES: REFLEXIONES SOBRE LA EXPERIENCIA DE RIO DE CONTAS –
BAHÍA**

Alexandre Custódio de Jesus Dias¹

PPGeo/UESB

Mestrando em Geografia

alexandrecjdias@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo examina a relação entre o planejamento urbano e a participação social em Rio de Contas, com foco nas dinâmicas capitalistas que interferem na gestão urbana. A análise se concentra no Plano Diretor Participativo (PDP), cujas diretrizes, apesar de visarem a inclusão social, enfrentaram obstáculos significativos no legislativo municipal e revelam uma participação popular burocrática e protocolar. O trabalho examina as práticas e canais de participação estabelecidos na cidade, considerando se são capazes de remodelar as influências do capital e da política urbana tradicional. O planejamento urbano nas cidades brasileiras frequentemente enfrenta a tensão entre interesses de mercado e a necessidade de inclusão social, um desafio que também afeta pequenos centros urbanos. A cidade de Rio de Contas, localizada na Chapada Diamantina, Bahia, exemplifica essas dinâmicas complexas com uma história de planejamento urbano que remonta ao Período Colonial. Nas últimas décadas, Rio de Contas passou por transformações significativas em seu espaço urbano, especialmente na periferia, onde o planejamento urbano tem desempenhado um papel fundamental.

ABSTRACT:

This article examines the relationship between urban planning and social participation in Rio de Contas, focusing on the capitalist dynamics that influence urban management. The analysis centers on the Participatory Master Plan (PDP), whose guidelines, despite aiming for social inclusion, faced significant obstacles in the municipal legislature and revealed a bureaucratic and procedural form of public participation. The study investigates the practices and participation channels established in the city, assessing whether they can reshape the influences of capital and traditional urban politics. Urban planning in Brazilian cities often struggles with the tension between market interests and social inclusion, a challenge that also affects small urban centers. The city of Rio de Contas, located in Chapada Diamantina, Bahia, exemplifies these complex dynamics, with a history of urban planning dating back to the Colonial Period. In recent decades, Rio de Contas has undergone significant transformations in its urban space, particularly in its peripheral areas, where urban planning has played a crucial role.

RESUMEN:

Este artículo analiza la relación entre la planificación urbana y la participación social en Rio de Contas, con énfasis en las dinámicas capitalistas que influyen en la gestión urbana. El estudio se

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos.



centra en el Plan Director Participativo (PDP), cuyas directrices, aunque orientadas a la inclusión social, han enfrentado obstáculos significativos en el legislativo municipal, evidenciando una participación popular burocrática y protocolaria. El trabajo examina las prácticas y canales de participación existentes en la ciudad, evaluando si estos pueden reconfigurar las influencias del capital y la política urbana tradicional. La planificación urbana en Brasil enfrenta constantemente la tensión entre los intereses del mercado y la necesidad de inclusión social, un desafío que también afecta a los pequeños centros urbanos. Rio de Contas, ubicada en la Chapada Diamantina, Bahía, ejemplifica estas dinámicas complejas, con una historia de planificación urbana que se remonta al Período Colonial. En las últimas décadas, la ciudad ha experimentado transformaciones significativas en su espacio urbano, especialmente en la periferia, donde el planeamiento urbano ha desempeñado un papel clave.

Palavras-Chave: Cidade. Planejamento urbano. Participação social. Rio de Contas.

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano nas cidades brasileiras enfrenta desafios únicos, frequentemente marcados pela tensão entre os interesses de mercado e a necessidade de inclusão social. Essa realidade, que não está mais restrita às metrópoles ou cidades grandes e médias, se intensifica também nos pequenos centros urbanos do país, submetidos às mesmas lógicas capitalistas que transformam o espaço urbano, dadas às suas particularidades, evidentemente. Nesse panorama conflituoso que intensifica à medida que o modo de produção capitalista se aperfeiçoa e avança de forma cada vez mais sofisticada, aparecem as contradições que esgarçam a relação entre a participação social e o planejamento e gestão das cidades.

A pequena cidade de Rio de Contas exemplifica essas dinâmicas complexas. Com uma história de “planejamento urbano” que remonta ao Período Colonial, Rio de Contas tem sido exemplo de transformações significativas no seu espaço urbano, ao longo das últimas décadas.

O município de Rio de Contas, está localizado ao sul do Território de Identidade da Chapada Diamantina², uma das divisões regionais do estado da Bahia, definida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Com uma área de 1.115,25 km², está aproximadamente a 673 quilômetros de Salvador, capital do estado da Bahia, e conta com uma população de 13.184 habitantes, segundo dados do Censo de 2022.

² Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. A metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, em que as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (SEI, 2018).



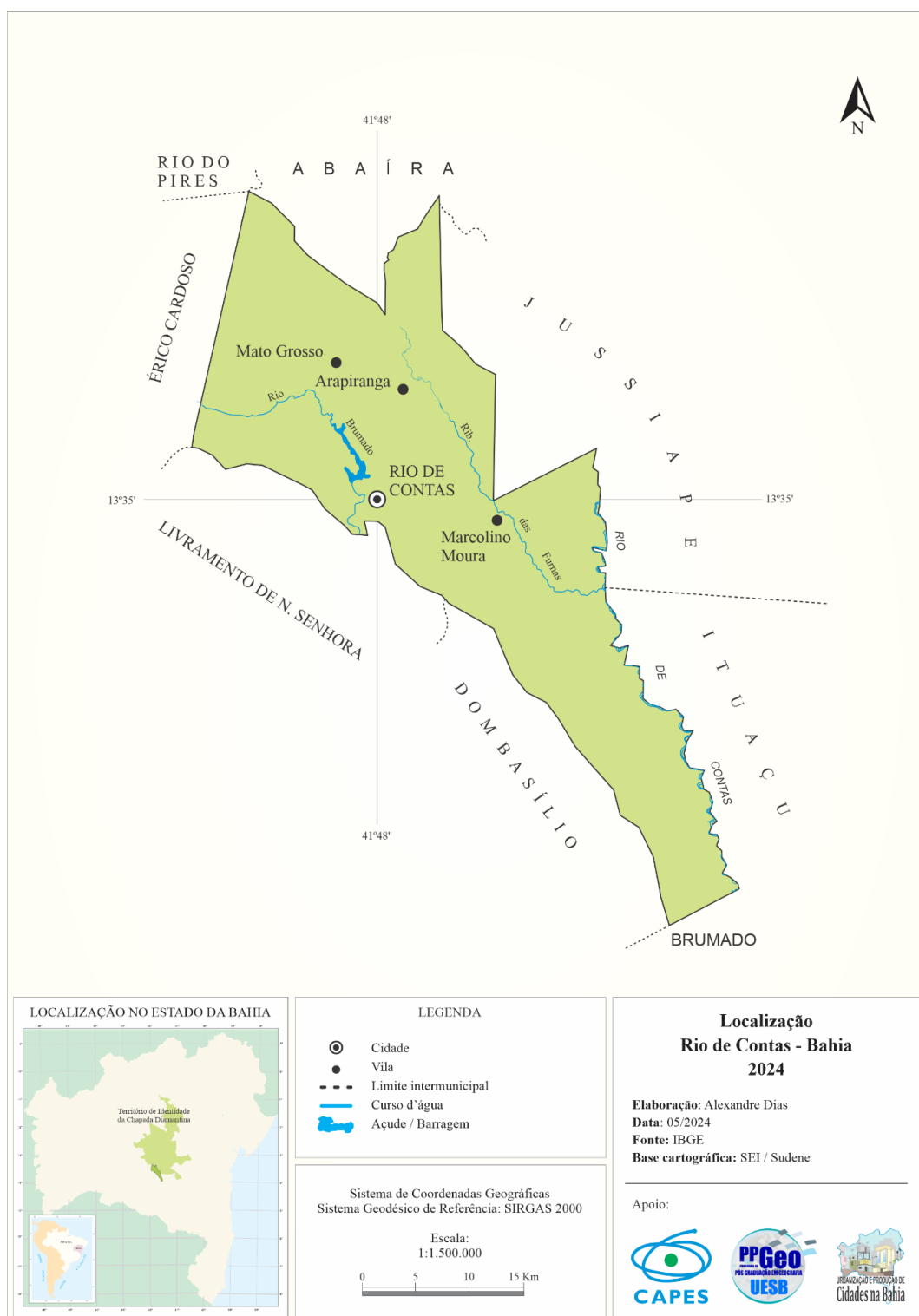
(Mapa 1) Caracterizado por seu clima semiárido, está a uma altitude média de 1.000 metros, o que contribui para suas características fisiográficas e geográficas (IBGE, 2024).

Ao longo das duas últimas décadas, a cidade de Rio de Contas, recorte deste trabalho, tem experimentado inúmeras transformações, nas quais o planejamento urbano desempenha um papel fundamental. A organização e gestão do espaço urbano resultaram em significativas alterações em seu território, com implicações importantes em diversas áreas da cidade, mas especialmente na periferia.

O objetivo deste texto é discutir como as forças e interesses moldam o planejamento urbano de Rio de Contas, com ênfase no papel da participação social e nos desafios enfrentados pelo Plano Diretor Participativo (PDP). O trabalho busca compreender a desconexão entre a elaboração teórica do PDP e sua implementação prática, a partir da investigação das razões por trás da falta de aprovação do plano e os desdobramentos dessa falha na dinâmica urbana local. O estudo pretende investigar de que forma as práticas e os canais de participação estão estruturados e se possuem a capacidade de redefinir as influências do capital e da política urbana tradicional

PLANEJAMENTO URBANO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PEQUENAS CIDADES

Pensar o planejamento atual nas pequenas cidades requer debruçar-se sobre a realidade destas localidades nos dias de hoje e considerar os diversos sujeitos inseridos na dinâmica urbana. Nesse sentido, para estabelecer as características da política cidadina é importante apontar para as propostas de intervenção dos governos municipal, estadual e federal, além de investigar o que de fato está sistematizado na cidade, no que diz respeito às medidas voltadas para a gestão urbana, via planejamento.



Mapa 1 – Localização, Rio de Contas – Bahia, 2024.



A necessidade de pesquisar a participação social no planejamento urbano de cidades pequenas surge como uma resposta crítica aos padrões convencionais de urbanismo que, frequentemente, favorecem interesses de mercados imobiliários e padrões do capitalismo produtivo em detrimento das necessidades locais. Em muitos contextos, o planejamento urbano é percebido como um processo tecnicista e burocrático que, não raro, exclui a comunidade local das decisões que afetam diretamente seus espaços de vida e suas realidades cotidianas.

O estudo da história do planejamento urbano no Brasil oferece perspectivas valiosas sobre as transformações nas políticas e práticas que moldaram o espaço urbano do país, ao longo do tempo. Segundo Villaça (2001), a história do planejamento urbano no Brasil pode ser compreendida como um processo complexo e multifacetado, influenciado por uma série de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Desde as primeiras intervenções urbanísticas do Período Colonial até as abordagens contemporâneas de planejamento, observa-se uma trajetória marcada por desafios e transformações significativos. Nesse contexto, é fundamental examinar criticamente as diferentes estratégias e abordagens adotadas, bem como compreender suas implicações para a configuração e qualidade de vida nas cidades brasileiras.

O planejamento urbano, nessa perspectiva, constitui-se enquanto campo essencial na produção e reprodução das cidades, além de exercer influência direta na qualidade de vida dos habitantes, a distribuição de recursos e a equidade social. Contudo, sobretudo no contexto brasileiro, essa área enfrenta numerosas críticas, que refletem a complexa dinâmica urbana e os entrelaçamentos dos aspectos políticos, econômicos e sociais que moldam o panorama atual.

A respeito do conceito, é possível perceber uma confluência de ideias entre autores que tratam o tema. Nas abordagens de Villaça (2001, 2004), Maricato (2010) e Souza (2008), por exemplo, há o entendimento, *a priori*, do planejamento urbano enquanto conjunto de ações e estratégias voltadas para a organização do espaço urbano, com vistas ao desenvolvimento equilibrado das cidades, a promoção da sustentabilidade ambiental, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a redução das desigualdades sociais. Esse processo é essencialmente multidisciplinar e engaja uma ampla gama de profissionais, tais como gestores públicos, urbanistas, arquitetos e sociólogos, com objetivo principal de alinhar os interesses coletivos com os individuais, de modo que assegure a todos o acesso a



serviços básicos e infraestrutura adequada, além de promover o respeito aos direitos humanos.

Para Villaça (2004), o planejamento urbano abrange mais do que apenas a organização física das cidades ou a implementação de infraestruturas. Em sua análise, o planejamento urbano é compreendido como um processo complexo e teórico, voltado para a compreensão do presente e o planejamento do futuro das áreas urbanas, e envolve uma série de práticas e discursos estatais que buscam organizar e estruturar o espaço intra-urbano de forma integrada.

Maricato (2010) define o planejamento urbano como um processo que vai além reestruturação física do ambiente construído, embora, contraditoriamente, não esteja alinhado com a realidade concreta da cidade como um todo, mas sim focado apenas em uma parte específica dela. Estão em jogo interesses de uma classe dominante que barganha com o poder político o controle não apenas do solo urbano, mas do seu conteúdo.

Souza (2008) argumenta que o planejamento urbano trata-se de uma construção voltada para o futuro – complementar à gestão urbana, essa focada no presente – com uma abordagem científica, mas não cientificista¹, e que integra diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar. O autor enfatiza que o planejamento urbano deve promover um desenvolvimento autêntico das cidades, centrado na autonomia, justiça social e qualidade de vida.

Há uma crítica importante nas palavras de Souza (2008). Para o autor, é um equívoco tratar o planejamento e a gestão urbanos como intercambiáveis quando, na verdade, são conceitos distintos, porém complementares. Esse debate apresenta uma perspectiva crítica ao planejamento e à gestão urbanos, pois reflete sobre o que esses processos não devem permitir e o que devem buscar para promover um desenvolvimento urbano real.

Nos últimos anos, segundo Leão (2016), observa-se um cenário de complexidade crescente, marcado pela intensificação dos problemas urbanos, como o crescimento desordenado, a segregação socioespacial, a falta de infraestrutura adequada e a degradação ambiental. Nesse contexto, entender o planejamento urbano sob o viés fetichista do capital, atenua sua própria condição de instrumento que propõe a sustentabilidade, a inclusão social e a resiliência urbana, na busca por soluções inovadoras e participativas para os problemas enfrentados pelas cidades brasileiras.

No contexto da participação social, a Constituição Federal de 1988 desempenhou também papel fundamental, pois estabelece de maneira estruturada a inserção da sociedade



no processo de implementação da gestão urbana, e orienta para o compartilhamento de responsabilidades com os entes governamentais. Além disso, segundo França (2021), os planos diretores, previstos no Estatuto da Cidade e na Constituição, bem como outros instrumentos normativos, fornecem mecanismos que, teoricamente, garantem a efetiva participação social nas políticas urbanas. Essa abordagem busca assegurar que as decisões sobre o desenvolvimento urbano sejam feitas de maneira colaborativa, capaz de promover uma governança mais inclusiva e representativa.

No entanto, é preciso cautela na construção da narrativa acerca da participação social na formulação do planejamento urbano, nos moldes propostos pela legislação Federal. Nela está contida a tendência de que a participação se trata de uma ação promovida apenas pelo Estado, ou seja, para que a inclusão da comunidade aconteça, ela precisa ser fomentada pelo poder político. Esse modelo de participação pode conter vícios – interesses dos grupos que detém o poder político e/ou econômico local – que inviabilizam a emancipação da população no entendimento do seu lugar no processo de gestão da cidade.

A análise apresentada evidencia a necessidade de uma exploração aprofundada do conceito de participação, uma vez que esta não ocorre de maneira abrupta dentro da dinâmica urbana. Pelo contrário, a participação é concebida como um processo gradual de conscientização e politização da sociedade, que se desenvolve ao longo do tempo. Esse processo requer condições apropriadas para se consolidar na realidade, refletindo uma evolução contínua e sustentada da gestão democrática e do engajamento social.

A respeito do conceito de participação, Pateman (1992) discute o termo como intrínseco à democracia, tratando-o não como um elemento acessório, mas como sua realização máxima. Na abordagem da autora, a participação ganhou notoriedade na década de 1960, quando o termo se tornou amplamente difundido no vocabulário político da sociedade. Nesse contexto, Pateman não apenas define o conceito de participação, mas também destaca sua relevância essencial para a efetividade e estabilidade das sociedades democráticas.

Em outras palavras, Pateman (1992) entende a participação como um elemento vital e multifacetado, necessário para a realização de uma democracia genuína e eficaz. A autora enfatiza a importância da participação ativa dos cidadãos não apenas em processos eleitorais, mas em várias esferas da vida social e econômica, vendo-a como uma prática essencial para a proteção e promoção dos direitos e interesses dos cidadãos.



Para além da implementação de normas e instrumentos legais, é imperativo que a participação social no planejamento urbano seja encarada sob uma abordagem crítica e construtiva. Nessa perspectiva, a análise realizada por Souza (2008) evidencia uma dualidade: a população atua tanto como objeto quanto como agente na construção de um planejamento urbano crítico e verdadeiramente democrático. Esse envolvimento ativo desafia a tendência pragmática e tecnicista frequentemente dominante na prática do planejamento urbano e reforça a necessidade de diálogos mais inclusivos e responsivos às demandas comunitárias.

A respeito do aspecto crítico da participação social no planejamento urbano, destaca-se a contribuição de Villaça (2004). O autor aponta para a necessidade de uma maior politização da gestão urbana ao enfatizar que é essencial incluir a sociedade, não apenas como espectadora, mas como sujeito integrante tanto da elaboração quanto da tomada de decisões. Essa abordagem propõe transformar a participação social em um pilar fundamental para a democratização efetiva do planejamento urbano.

Villaça (2004) destaca ainda a diferença entre o discurso teórico sobre a participação social e a sua realidade prática nas políticas de planejamento urbano no Brasil. Há, contudo, críticas importantes à relação entre planejamento e participação social, na visão desse autor, que revela a superficialidade com que o tema é frequentemente tratado e aponta que, apesar de ser amplamente promovido como um ideal, muitas vezes, faltam substância e efetividade reais na inclusão da população nos processos decisórios.

A PEQUENA CIDADE DE RIO DE CONTAS NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO URBANO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A cidade de Rio de Contas, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), está estabelecida na encosta leste da Serra das Almas e às margens do rio Brumado. Notável por sua geografia suavemente inclinada e por parte de seu planejamento urbanístico ordenado, foi fundada em 1745 por Provisão Real³ como uma das poucas “cidades novas planejadas” durante o Período Colonial. A Provisão Real que deu origem a Rio de Contas especificava a importância de selecionar um local já próximo de assentamentos existentes, que enfatizasse a regularidade do plano urbano e uma arquitetura

³ As cidades criadas por Provisão Real de Portugal no Brasil foram estabelecidas em função da necessidade da Coroa Portuguesa de controlar e organizar as cidades e vilas que se desenvolviam no Brasil. (IPHAN, 2014).



que enriquecesse sua estética. Inicialmente concebida como um núcleo de mineração de ouro, rapidamente tornou-se um importante centro regional, destacando-se na história como um exemplo de planejamento urbano precoce e intencional que visava mais do que apenas a funcionalidade, mas também o embelezamento. (IPHAN, 2014).

Em 2024, a estrutura urbana é composta por novas áreas que surgiram à medida que a cidade se expandiu, além dos cinco bairros oficialmente definidos: Centro, Olaria, Bela Vista (Vermelhão), Sossego e Sossego II, onde residem 6.676 habitantes, conforme dados preliminares do IBGE de 2022⁴. Rio de Contas possui um espaço urbano limitado e é marcada pela dependência de centros maiores para serviços mais especializados e pela oferta insuficiente de infraestrutura e de serviços, mesmo os mais básicos. Esses aspectos contribuem para sua classificação enquanto uma pequena cidade, justamente porque reflete a dinâmica urbana típica dessa categoria.

Ao longo das duas últimas décadas, a cidade de Rio de Contas tem experimentado inúmeras transformações, nas quais o papel do planejamento urbano tem sido fundamental. A organização e gestão do espaço urbano têm gerado significativas alterações em seu território, com implicações importantes em diversas áreas da cidade, mas especialmente na periferia.

As transformações urbanas em Rio de Contas, especialmente nas últimas décadas, refletem a influência direta das forças capitalistas na organização do espaço urbano. A expansão das áreas periféricas, muitas vezes impulsionada por interesses de sujeitos imobiliários, exemplifica como o capital atua na redefinição das prioridades de planejamento, em detrimento das demandas locais por infraestrutura e serviços básicos. Nesse contexto, a política urbana acaba por reproduzir as desigualdades sociais, onde o controle do espaço é negociado entre as elites locais e o poder público, afastando a comunidade dos processos decisórios.

Entre os anos de 2010 e 2011, o poder público local implementou a elaboração do Plano Diretor Participativo (PDP), em esforço conjunto entre secretarias da administração municipal e sociedade civil⁵. No discurso, o projeto visava construir diretrizes e bases para uma política urbana que incluísse os diversos setores da sociedade e com perspectivas de uma gestão orientada para o desenvolvimento equitativo, não apenas da cidade, mas do

⁴ Os dados da população urbana e rural foram calculados pelo Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, com base nas informações dos setores censitários, divulgadas nos resultados preliminares do Censo de 2022, em março de 2024.

⁵ Prefeitura Municipal de. Relatório de leitura técnica do Plano Diretor Participativo. Rio de Contas, 2010.



município em sua totalidade. Era o início da construção de um planejamento urbano alinhado com os instrumentos legais inspirados pelo Estatuto das Cidades, lançado em 2001. Nesse contexto, é importante salientar que Rio de Contas, mesmo tendo população inferior a 20.000 habitantes, está obrigada a elaboração de plano diretor, pois integra área de especial interesse turístico, conforme exige o próprio Estatuto, em seu Artigo IV. (Brasil, 2001).

Formulado ainda sob influência dos movimentos que nortearam a Agenda 21⁶, o PDP de Rio Contas foi materializado de acordo com as tendências de inclusão da população na sua elaboração. Mediante a realização de audiências públicas, a sociedade civil participava da tomada de decisões e se inteirava das propostas e ações que, naquele momento, contemplavam o plano. Os trabalhos do PDP foram concluídos em 2011, sob a perspectiva de se tornar um marco da política urbana local, pois trazia na sua essência da gestão democrática que, seguindo os pressupostos do Estatuto das Cidades, agregava valor ao documento de Rio de Contas. A proposta de inclusão da comunidade estava, então, cristalizada no planejamento urbano rio-contense.

Apesar do esforço aparente e da clara importância do Plano Diretor Participativo (PDP) para a política urbana de Rio de Contas, o projeto enfrentou um revés significativo ao não ser aprovado pela câmara municipal. Esse desfecho resultou em um desperdício considerável de recursos públicos, com fundos substanciais investidos na contratação de uma equipe multidisciplinar para a elaboração do plano. A participação ativa da população, que deveria ter sido o pilar do planejamento urbano, segundo as premissas do Estatuto das Cidades, não se concretizou em mudanças práticas.

A participação social na elaboração do PDP de Rio de Contas ocorreu de forma predominantemente burocrática e protocolar, sem um verdadeiro envolvimento dos cidadãos no processo decisório. A não aprovação do Plano pelo legislativo municipal evidencia ainda mais esse distanciamento da população, pois aparentemente não houve mobilização ou pressão social para que o projeto fosse aprovado. Isso revela uma desconexão entre a comunidade e os mecanismos de planejamento urbano e pode ter contribuído para a não

⁶ A Agenda 21 é um plano de ação global, nacional e local para o desenvolvimento sustentável, assinado por 179 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Ela é um compromisso político que busca aliar o desenvolvimento econômico com a cooperação ambiental e social, com o objetivo de promover a sustentabilidade em diferentes níveis.

Os principais objetivos da Agenda 21 incluem, dentre outros aspectos, o planejamento participativo no sentido de fomentar o envolvimento entre a comunidade e os governos locais, para construir planos de ação que atendam às necessidades específicas de cada região. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472 p.



implementação efetiva de políticas públicas pautadas nas propostas do PDP, atentas às necessidades locais.

A não aprovação do Plano Diretor Participativo (PDP) no Legislativo de Rio de Contas ilustra um distanciamento entre as intenções do plano e as forças políticas locais. O caráter burocrático da participação social, sem um verdadeiro engajamento dos cidadãos, pode ser um dos fatores que contribuíram para o insucesso da aprovação. Além disso, a ausência de uma pressão popular organizada revela como os processos participativos foram insuficientes para mobilizar a sociedade em torno das decisões políticas urbanas.

Além disso, o aparente potencial transformador do plano diretor parece ter se volatilizado desde a sua elaboração. De 2011 até 2024, as transformações engendradas no espaço urbano de Rio de Contas decorrentes da política urbana não indicam, *a priori*, a presença efetiva da população no planejamento e gestão da cidade. Assim, torna-se uma tarefa árdua e aparentemente infrutífera identificar ações, canais e espaços que evidenciem a participação efetiva da sociedade na construção da política urbana local.

Nesse contexto, é preciso pensar se a elaboração do PDP de Rio de Contas, apesar de reconhecer a importância da população no processo, conseguiu ou não construir uma cultura participativa na cidade. Observações preliminares indicam que parte da população desconhece a existência do PDP e seu processo de construção, o que pode evidenciar a desconexão entre a política urbana e os cidadãos.

Em realidades como a do presente estudo, é difícil identificar a existência e atividade de movimentos sociais urbanos sólidos e/ou associações de moradores instituídas que proponham reivindicações, propostas e ações com vistas transformar as suas realidades. Esse panorama revela, por outro lado, a importância de pensar se outros canais de participação, a exemplo dos conselhos gestores de saúde, educação e cultura, por exemplo, têm potencial para atrair a população para as tomadas de decisão acerca da política urbana. Contudo, a inoperância ou a composição tendenciosa desses conselhos podem revelar um processo nocivo para a dinâmica urbana, se apropriados de forma unilateral pelo poder público local e seus pares que, geralmente, assumem o controle absoluto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta reflexões preliminares sobre o planejamento urbano e a participação social em pequenas cidades, com foco na realidade de Rio de Contas. As



discussões exploradas neste trabalho são fruto de uma pesquisa ainda em andamento e, por isso, devem ser entendidas como percepções iniciais que estão em processo de construção e desenvolvimento.

A análise da dinâmica urbana de Rio de Contas revela as complexas interações entre as forças e interesses capitalistas e as necessidades de inclusão social. As transformações urbanas da cidade, especialmente nas últimas décadas, destacam a importância do planejamento urbano e a tentativa de inclusão da sociedade civil através do Plano Diretor Participativo (PDP). No entanto, a não aprovação do PDP pela câmara municipal e a falta de mobilização social efetiva evidenciam uma desconexão significativa entre a população e os mecanismos de gestão urbana.

As considerações apresentadas neste artigo sublinham a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e robusta para promover um desenvolvimento urbano verdadeiramente democrático e participativo. A construção de uma cultura de participação efetiva requer não apenas a criação de canais formais de participação, como conselhos gestores municipais, mas também a mobilização contínua e a conscientização da comunidade sobre a importância de seu envolvimento ativo.

O planejamento urbano deve ser visto como um processo multidisciplinar e inclusivo, alinhando aos interesses coletivos, capaz de promover equidade social e melhoria da qualidade de vida. As percepções preliminares indicam que, embora existam desafios significativos, há um potencial transformador nas práticas participativas, que pode ser melhor explorado e incentivado.

A experiência de Rio de Contas destaca a importância de pensar a participação social no planejamento urbano, com perspectivas de compreender os conflitos, desafios e oportunidades da produção do espaço urbano de pequenas cidades. Evidentemente, estas são percepções iniciais de uma pesquisa em curso que continuará a aprofundar a compreensão dessas dinâmicas, com propósito de contribuir para a construção de um debate crescente sobre essas tipologias de cidade e suas particularidades.



REFERÊNCIAS

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia**. Salvador: SEI, 2018. 3 v. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 3). Disponível em: <https://sei.ba.gov.br/>. Acesso em: jun. 2024.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. As dualidades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino. In: **Anais do II Simpósio Regional de Geografia: perspectivas para o cerrado no século XXI**, Uberlândia, 2003.

BRASIL, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: jun.2024.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. 472 p.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DUCHROW, Alina D'Alva. **Participação social no planejamento gestão urbano: o orçamento participativo de Olinda**. 2004. 178f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) UFCE – Fortaleza/CE, 2004.

FRANCA, Iara Soares de. Pequenas cidades, problemas urbanos e participação social na perspectiva da população local. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 218–237, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i1.64370. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/64370>. Acesso em: abr. 2024.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013. p. 27-34.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Rio De Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/riodecontas/panorama>>. Acesso em: jun.2024.

LEÃO, R. Desafios contemporâneos do planejamento urbano no Brasil. *Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, 18(2), 23-42. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.



MARICATO, E. Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura nas (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira. In: **Anais** do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Colégio de S. Jerônimo, Coimbra, Portugal, 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIO DE CONTAS (BA). [www.portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br). c.2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/118>. Acesso em: mai.2024.

_____. Prefeitura Municipal de. **Relatório de leitura técnica do Plano Diretor Participativo**. Rio de Contas, 2010.

SOARES, Beatriz Ribeiro. As relações sócio/espaciais entre cidades pequenas e médias do interior do Brasil: um estudo sobre as áreas de cerrado em Minas Gerais. In: **9 Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2003, Mérida-México. Reflexiones y responsabilidades de la Geografía en América Latina en el siglo XXI. Cidade do México, UNAM, 2003. p. 1-16.

SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. p. 29 – 55.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. . São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute. 2001. Acesso em: 14 abr. 2024.

_____. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DÉAK, Csada; SGHIFFER, Sueli Ramos (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.